

REUNIÃO ordinária de 10 de março de 2020

-----Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, em Vila do Conde e no Salão Nobre dos Paços do Município, estando presentes os Excelentíssimos Senhores: Doutora Maria Elisa de Carvalho Ferraz, Presidente, Doutora Maria de Lurdes Castro Alves, Vice-Presidente, Doutor Pedro João Vilas Boas Teixeira Gomes, Engenheiro Paulo Alexandre Guia de Carvalho, Doutora Dália dos Santos Vieira, Engenheiro António Maria da Silva Caetano, Doutor José Aurélio Baptista da Silva, Professora Maria Alcide Gonçalves Esteves Aguiar e o Engenheiro Constantino Fonseca da Silva, Vereadores, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Vila do Conde. A Senhora Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dezoito horas e cinco minutos.-----

--Um - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- A Senhora Presidente da Câmara e os eleitos pelo Movimento Elisa Ferraz - Nós Avancamos Unidos apresentaram um Voto de Louvor ao Professor José Manuel do Carmo Henriques, que agora se aposentou, após longa carreira dedicada à docência, o qual foi aprovado por unanimidade, ficando anexo à ata e dela faz parte integrante. A Senhora Presidente da Câmara e os eleitos pelo Movimento Elisa Ferraz - Nós Avancamos Unidos apresentaram um Voto de Louvor ao futebolista “Tarantini”, o qual completou 400 jogos com a camisola do Rio Ave Futebol Clube, o qual foi aprovado por unanimidade, ficando anexo à ata e dela faz parte integrante. O Vereador da Coligação Mais Vila do Conde apresentou uma Interpelação sobre o Plano de Contingência para o Concelho de Vila do Conde, face à eventual chegada do coronavírus (COVID-19), a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. A Senhora Presidente da Câmara apresentou uma Declaração dando resposta à Interpelação apresentada, a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----UM. ATA -----

-----a) Ata da reunião ordinária do executivo municipal realizada no dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte. A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata, com a abstenção do Vereador Doutor José Aurélio Baptista. -----

-----b) Ata da reunião extraordinária do executivo municipal realizada no dia vinte

de fevereiro de dois mil e vinte. A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata, com a abstenção da Vice-Presidente Doutora Lurdes Alves. -----

----DOIS. SUBSIDIOS -----

----- a)Proposta da Senhora Presidente da Câmara Doutora Elisa Ferraz relativa a SUBSIDIOS A INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, COMISSÕES DE FESTAS E PARÓQUIAS, PARA O ANO DE 2020, do seguinte teor: “O meritoso trabalho social que se desenvolve no nosso Concelho é resultado do empenho e dedicação das Instituições Sociais e das Conferências Vicentinas, que diariamente colaboram com as famílias, crianças e idosos, com uma especial ênfase no apoio efetivo aos mais necessitados, por vezes não identificados pela sociedade e pelos serviços sociais. A dinâmica cultural e recreativa que releva Vila do Conde na região e no país, tem como base um movimento associativo cultural invejável, que tem assumido uma importante missão de formação cívica e cultural da comunidade, contribuindo para o bem-estar coletivo e desenvolvimento concelhio. Também as festividades religiosas e manifestações populares em torno da religião e das tradições têm contribuído para a preservação dos nossos costumes, fortalecendo a nossa história e identidade, relevando-se neste aspeto o exemplar trabalho que as Fábricas da Igreja e as Comissões Organizadoras de Festividades têm desenvolvido. Pelo referido, considera-se de interesse público municipal a missão assumida por todas as associações e instituições concelhias que prestam relevantes serviços à comunidade, o que exige um reconhecimento por parte da Câmara Municipal, apoiando-as através de colaboração financeira, logística e de materiais, administrativa e de aconselhamento jurídico e financeiro. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal garanta a colaboração logística e de materiais, administrativa e de aconselhamento jurídico e financeiro, bem como atribua subsídios às entidades referidas nas tabelas anexas a esta proposta, nos montantes e para os fins nela identificados, por forma a garantir a continuidade do profícuo e vantajoso trabalho que têm levado a cabo por Vila do Conde. Para o efeito foram efetuados os respetivos cabimentos orçamentais, existindo para o efeito os indispensáveis fundos disponíveis.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição dos subsídios propostos às entidades indicada nas tabelas anexas, pelos valores e fins nelas indicados, cujas tabelas ficam anexas à ata e dela fazem parte integrante, nos

termos propostos. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma Declaração de Voto, a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

-----b) Proposta do Senhor Vereador do Pelouro do Movimento Associativo Doutor Pedro Gomes relativa a SUBSIDIOS A INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, COMISSÕES DE FESTAS E PARÓQUIAS, PARA O ANO DE 2020, do seguinte teor: “O meritoso trabalho social que se desenvolve no nosso Concelho é resultado do empenho e dedicação das Instituições Sociais e das Conferências Vicentinas, que diariamente colaboram com as famílias, crianças e idosos, com uma especial ênfase no apoio efetivo aos mais necessitados, por vezes não identificados pela sociedade e pelos serviços sociais. A dinâmica cultural, recreativa e social que releva Vila do Conde na região e no país, tem como base um movimento associativo cultural invejável, que tem assumido uma importante missão de formação cívica e cultural da comunidade, contribuindo para o bem-estar coletivo e desenvolvimento concelhio. Pelo referido, considera-se de interesse público municipal a missão assumida por todas as associações e instituições concelhias que prestam relevantes serviços à comunidade, o que exige um reconhecimento por parte da Câmara Municipal, apoiando-as através de colaboração financeira, logística e de materiais, administrativa e de aconselhamento jurídico e financeiro. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal garanta a colaboração logística e de materiais, administrativa e de aconselhamento jurídico e financeiro, bem como atribua subsídio ao MADI - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual de Vila do Conde, no montante de 18.000,00€ (dezoito mil euros), por forma a garantir a continuidade do profícuo e vantajoso trabalho que tem levado a cabo por Vila do Conde. Para o efeito foi efetuado o respetivo cabimento orçamental, existindo para o efeito os indispensáveis fundos disponíveis.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao MADI, no valor de 18.000,00 € (dezoito mil euros), nos termos propostos. Nesta deliberação não tomou parte a Senhora Presidente da Câmara por ser a Presidente da Direção do MADI. -----

-----c) Proposta da Senhora Presidente da Câmara Doutora Elisa Ferraz relativa a SUBSIDIOS DE CAPITAL A INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, COMISSÕES DE FESTAS E PARÓQUIAS, PARA O ANO DE 2020, do seguinte teor: “A dinâmica imprimida no Desenvolvimento Social e Desportivo Municipal pelas diversas Instituições, Clubes

Desportivos, Associações, Ordens Religiosas, Comissões de Festas e Paróquias, com o impacto das suas atividades, determina o reconhecimento da sua relevância, assumindo especial atenção as suas necessidades em termos de infraestruturas e equipamentos suscetíveis de alicerçarem o seu funcionamento, visando a prossecução do interesse público municipal. Em conformidade, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da atribuição de um subsídio de capital às entidades indicadas na tabela anexa a esta proposta pelos valores e fins nela indicados, de acordo com o previsto nas alíneas o) e u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12/09.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição dos subsídios de capital propostos às entidades indicadas na tabela anexa, pelos valores e fins nela indicados, nos termos propostos, cuja tabela fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

-----d) Proposta do Senhor Vereador do Pelouro do Movimento Associativo Doutor Pedro Gomes relativa a ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ATLETA DE ALTO RENDIMENTO, do seguinte teor: “No âmbito do REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ATLETA DE ALTO RENDIMENTO propõe-se a atribuição de subsídio aos atletas indicados e pelos valores também indicados, relativamente ao ano civil de 2020, uma vez que os atletas referidos reúnem as condições estabelecidas no referido Regulamento para atribuição do apoio financeiro em causa: Um - Messias Baptista - $575,00 \times 8 = 4.600,00\text{€}$ (quatro mil e seiscentos euros); Dois - Mário Costa - $575,00 \times 8 = 4.600,00 \text{ €}$ (quatro mil e seiscentos euros).” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio aos atletas referidos e pelos valores indicados, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Atleta de Alto Rendimento, conforme proposto. -----

-----e) Informação/Proposta da Chefe de Divisão de Cultura e Turismo Doutora Marta Miranda relativa a atribuição do Prémio Escolar: melhor aluno e mérito, do seguinte teor: “Prosseguindo a sua política de apoio às atividades educativas e de reconhecimento do mérito e excelência aos melhores alunos do Concelho, a Câmara Municipal de Vila do Conde tem vindo a atribuir o Prémio Escolar Municipal aos estudantes que se destacaram pelas notas obtidas no final do terceiro Ciclo, Ensino Secundário e, pela primeira vez, do Ensino Artístico Especializado de Música. Foi

entendimento superior que, nesta edição deste Prémio, pudesse ser criada a categoria de mérito, distinguindo os alunos que se destacam pelo seu comportamento cívico. Esta distinção, em anos anteriores, concretiza-se uma cerimónia pública de reconhecimento e na entrega de algumas ofertas e de um montante financeiro. Assim, venho propor que no próximo dia vinte e seis de março, possa realizar-se esta sessão de reconhecimento, bem como a entrega dos prémios que tem sido, em anos anteriores, de 500€ (quinhentos euros). Sugiro ainda, a oferta de um diploma personalizado e de alguns títulos das edições municipais. Anexa-se listagem dos nomes dos 24 alunos a distinguir no presente ano.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

----TRÊS. APOIO SOCIAL PARA CONSUMO DE ÁGUA -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a atribuição do Apoio Social para Consumo de Água, do seguinte teor: “Na sequência da aprovação pelos órgãos municipais do Regulamento suprarreferido, foram apresentados vários pedidos de apoio, por munícipes. Analisados os mesmos pelos Serviços de Ação Social do Município, verifica-se que preenchem os requisitos para atribuição do apoio os consumidores/agregados familiares indicados na tabela anexa a esta proposta e pelos valores nela indicados. Ora, o apoio social em causa a atribuir às pessoas social e economicamente carenciadas, indicadas na tabela referida, para o período de um ano, atinge o valor de 6.222,90€ (seis mil duzentos e vinte e dois euros e noventa centimos), podendo ser concedido, nos termos da alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/09, tendo para o efeito competência própria o executivo municipal. Para assumir a parte de compromissos financeiros relativos ao exercício económico de 2021, tem competência delegada a Senhora Presidente da Câmara.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio social para consumo de água aos agregados familiares/consumidores indicados na tabela anexa e pelos valores nela indicados, a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante, nos termos propostos. -

----QUATRO. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR PÓVOA DE VARZIM/VILA DO CONDE, EPE -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR PÓVOA DE VARZIM/VILA DO CONDE, EPE , do seguinte teor: “Pelo presente aprecia-se a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE, o qual tem por objeto o desenvolvimento do Programa de Literacia para serviços digitais na saúde - formação para utilização de serviços digitais conjuntos. O Protocolo em causa não determina para o Município de Vila do Conde a assunção de compromissos financeiros. O Protocolo em causa prevê a repartição de responsabilidades a assumir pelas partes. Analisada a minuta de Protocolo, a ser válido pelo período de 3 (três) anos, com previsão de renovação automática por iguais períodos, informa-se que o mesmo não enferma de eventuais vícios de ilegalidades. Para aprovar a minuta de Protocolo em causa e a sua consequente celebração, tem competência própria o Executivo Municipal, nos termos da alínea r) do número um do artigo trigésimo quarto do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/09. Todavia, porque se considera urgente a celebração e assinatura do Protocolo, pode o mesmo ser aprovado por despacho da Senhora Presidente da Câmara com posterior a ratificação pelo Executivo Municipal, nos termos do número três do artigo trigésimo quinto do mesmo diploma legal.” Despacho da Senhora Presidente do seguinte teor: “À reunião para ratificação.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Presidente. -----

----CINCO. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, O METRO DO PORTO, E OS MUNICIPIOS DE GONDOMAR, MAIA, MATOSINHOS, PORTO, PÓVOA DE VARZIM, TROFA, VILA DO CONDE E VILA NOVA DE GAIA, COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE METRO LIGEIRO DO PORTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES COLETIVOS EM SÍTIO PRÓPRIO (METRO-BUS) NA AMP -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, O METRO DO PORTO, E OS MUNICIPIOS DE GONDOMAR, MAIA, MATOSINHOS, PORTO, PÓVOA DE VARZIM, TROFA, VILA DO CONDE E VILA NOVA

DE GAIA, COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE METRO LIGEIRO DO PORTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES COLETIVOS EM SÍTIO PRÓPRIO (METRO-BUS) NA AMP, do seguinte teor:

“Em 21 de fevereiro os representantes das entidades suprarreferidas, aprovaram e assinaram um Protocolo tendo como objeto o indicado supra. O Protocolo em causa, no seu artigo segundo, quanto ao âmbito dos estudos a desenvolver, não contempla o estudo de qualquer projeto suscetível de implementação na área do Município de Vila do Conde, tendo a Senhora Presidente da Câmara manifestado as suas reservas e a imprescindibilidade de serem contemplados estudos sobre projetos suscetíveis de serem implementados na área do Município de Vila do Conde. Em conformidade, é agora apresentada uma Nota Técnica, no sentido do Município de Vila do Conde solicitar à AMP, que, no âmbito do Protocolo assinado em 21/02/2020, se considere como esquemas zonais essenciais para serem objeto de estudo aprofundado a apresentar à Tutela por via do Metro do Porto, como entidade que ficou com a incumbência de desenvolver o processo, a saber: -----

PROPOSTA 1 - Canal de ligação da Zona Industrial Rio Mau/Touguinhó, passando pelo Hospital Senhor do Bonfim, Zona Industrial de Touguinha, Armazéns Municipais, Politécnico de Porto, Zona Desportiva incluindo Estádio do Rio Ave, até à estação Intermodal do Metro Vila do Conde, representada na figura 1. Distância de cerca de 5 a 6km; -----

PROPOSTA 2 - Canal de ligação entre CIBIO (Vairão), INIAV e Clínica Veterinária U.P. passando no nó da A28 em Fajozes, Zona Industrial Varziela/Beche até estação do Metro (ou Espaço Natureza ou Mindelo), como está representado na figura 2. Esta proposta de linha tem uma extensão de aproximadamente 4,5Km; -----

PROPOSTA 3 - Na figura 3 está representado o Canal de ligação entre o Outlet Modivas, Vila Chã, Labruge, Parque de Campismo de Angeiras, Centro de Lavra, Zona Industrial de Aveleda, Paço, Zona Industrial Vilar de Senhor até Aeroporto (Linha Atlântica), com aproximadamente 13Km de extensão serve Vila do Conde e Matosinhos com ligação direta ao Aeroporto, conforme representado na figura 3. Nota: Envolve o Município de Vila do Conde e Matosinhos.-----

Estas propostas carecem de aprovação pela Câmara Municipal, e deverão passar a

fazer parte integrante do Protocolo celebrado em 21/02/2020.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas, nos termos propostos. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma Declaração de Voto a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

----SEIS. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO EM CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA A CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA FUNCIONAL DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS -----

-----a) Informação/Proposta da Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos Doutora Manuela Lima relativa a ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO EM CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA A CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA FUNCIONAL DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do seguinte teor: Considerando a informação prestada pela responsável dos serviços de Higiene e Limpeza, Engenheira Cláudia Madureira, que mereceu concordância da Senhora Vice-Presidente, Doutora Lurdes Alves, relativa à necessidade de contratar em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo 10 (dez) auxiliares de serviços gerais; Considerando a necessidade de contratar recursos humanos para assegurar a abertura, limpeza e manutenção das casas de banho públicas existentes na zona marginal da cidade (castelo e Mar-à-Vista) e envolvente aos jardins da Avenida Júlio Graça; Considerando que o Município organiza vários eventos, como as Festas de São João, as Feiras de Artesanato e Gastronomia e o certame “Portugal Rural”, durante o período de verão, sendo necessários manter abertos os sanitários públicos; Sugere-se, que o executivo Municipal autorize a abertura do procedimento concursal legalmente exigido para o recrutamento, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos do disposto nos números três e quatro do artigo sexto, conjugado com o artigo trigésimo e artigo quinquagésimo sétimo, número um, alínea f) da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei número 35/2014, de 20 de junho, de 10 (dez) assistentes operacionais, área funcional de auxiliar de serviços gerais, pelo período compreendido entre 1 de junho de 2020 a 30 de setembro de 2020. Para além da previsão dos postos de trabalho no mapa de pessoal em vigor, foi objeto

de cabimentação com os encargos de pessoal para o ano em curso.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento concursal comum para recrutamento em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de dez assistentes operacionais, área funcional de auxiliar de serviços gerais, nos termos propostos. -----

----SETE. CLASSIFICAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA SECA DO «BACALHAU COMO CONUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a CLASSIFICAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA SECA DO BACALHAU COMO CONUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL, do seguinte teor: “Em reunião ordinária de 14/11/2019, deliberou a Câmara Municipal solicitar à DRCN, a emissão de parecer quanto à intenção de classificação do antigo edifício da Seca do Bacalhau, como imóvel de interesse municipal, conforme exige o artigo nonagésimo quarto, número dois, da Lei número 107/2001 de 8/9, cuja Direção Regional remeteu o processo para a Direção Geral do Património Cultural. Em 18/02/2020, foi rececionado pelo Município o parecer emitido pela DGPC - Direção Geral do Património Cultural - o parecer solicitado, datado de 13/02/2020, o qual inclui a informação da DRCN número 1397788/DRCN/19, datada de 21/11/2019, onde foi determinado que o imóvel não se inscreve nas categorias de Monumento Nacional (MN), nem de Imóvel de Interesse Público (IIP), sendo que o DGPC se pronunciou que não se opõe à classificação do imóvel como de INTERESSE MUNICIPAL(IIM). Adicionalmente, a DRCN também se pronunciou, no ponto nove da sua informação, que a sua classificação do imóvel deve incluir os estendais da Seca do Bacalhau. Assim, sendo, a classificação deve enquadrar-se na tipologia CIM (Conjunto de Interesse Municipal), ao invés de (Imóvel de Interesse Municipal), tal como inicialmente proposto. Em conformidade sugere-se que o Executivo Municipal nos termos do disposto na alínea t) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/09, conjugado com o disposto no número um do artigo nonagésimo quarto da Lei número 107/2001 de 8/9, aprove a classificação do conjunto formado pelo Edifício da Antiga Seca do Bacalhau e da zona adjacente dos estendais da seca do bacalhau, localizado na Avenida Marquês Sá da Bandeira, em Vila do Conde, como

Conjunto de Interesse Municipal, no uso de competência própria.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a classificação do conjunto formado pelo edifício da antiga Seca do Bacalhau e da zona adjacente dos estendais da Seca do Bacalhau, localizado na Avenida Marquês Sá da Bandeira, em Vila do Conde, como Conjunto de Interesse Municipal, de acordo com o proposto. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma Declaração de Voto a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

----OITO. PLANO DE PORMENOR DA SECA DO BACALHAU - REVOGAÇÃO -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a PLANO DE PORMENOR DA SECA DO BACALHAU - REVOGAÇÃO, do seguinte teor: “Em 14/11/2019 o Gabinete de Arqueologia do Município, propôs a Suspensão do Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau. Tal proposta enquadra-se com o processo de classificação do Edifício aí existente como de Imóvel de Interesse Público Municipal, cujo processo de apreciação pela DRCN, já se encontra concluído. Tal procedimento decorre da vontade da Câmara Municipal em apresentar uma candidatura para o edifício ao Programa da Cultura EEA Grants 2014-2021, através da Call 1 - Desenvolvimento Local, através da salvaguarda e revitalização do património cultural costeiro. A proposta de Suspensão do Plano de Pormenor foi formulada no pressuposto de que o processo de classificação do edifício aí existente, como de “Interesse Público Municipal”, iria cingir-se exclusivamente a esse imóvel, tendo sido esta a proposta formulada pela Câmara Municipal junto da DRCN. Em conformidade, deliberou a Câmara Municipal em reunião ordinária de 25 de novembro de 2019, aprovar a Suspensão do Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e a elaboração de Medidas Preventivas. Contudo, e de acordo com informação número 1397788/DRCN/19, da DRCN, datada de 21/11/2019, o processo de classificação do edifício, como imóvel de Interesse Público Municipal, mereceu proposta de pronúncia favorável, mas inclui a área dos estendais. Desta forma, a área a classificar corresponde à totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor e não a uma parte do mesmo, pelo que deixou de ter fundamento a Suspensão total ou parcial do Plano de Pormenor, passando a ser mais adequado concretizar a sua REVOGAÇÃO. Ora, ao caso concreto é aplicável o previsto nos números um e três do artigo centésimo

vigésimo sétimo do Decreto-Lei número 80/2015 de 14/5, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial: «Artigo centésimo vigésimo sétimo - Revogação - Um - Os programas e os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine; Dois - ...; Três - A revogação dos programas e dos planos territoriais segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no presente Decreto-Lei para a sua aprovação e publicação.» Em conformidade com os seguintes fundamentos e pressupostos invocados pelo Gabinete Municipal de Arqueologia: Um - Considerando que o Plano de Pormenor foi aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal, datada de 21 de abril de 2004 e publicitado na II Série do Diário da República número 208, de 3 de setembro de 2004; Dois - Considerando que, segundo o artigo décimo quinto do documento acima referido, o Plano de Pormenor deveria ser obrigatoriamente revisto ao fim de 10 anos, algo que nunca aconteceu; Três - Considerando que o Plano de Pormenor teve uma taxa de execução muito baixa, cingindo-se quase exclusivamente à demolição de um edifício; Quatro - Considerando que apesar da Câmara Municipal ter desenvolvido diversos esforços para implementar o Plano de Pormenor, a desenvolver maioritariamente com fundos privados - que preconiza a edificação de uma área de cerca de 1167m² destinados à construção de restaurantes, bem como 1100m² destinados a bares e cafetarias, estando ainda previsto a construção de lojas comerciais numa área aproximada de 360m², tal foi manifestamente impossível; Cinco - Considerando que a Câmara Municipal de Vila do Conde, promotora do Plano Pormenor, evoluiu a sua visão sobre o uso a dar àquele espaço, associando-o ao projeto “Vila do Conde - Um Porto para o Mundo”, criando aí um museu relacionado com a construção naval em madeira; Seis - Considerando que está a decorrer um processo de classificação do edifício, como IIM, que acabará por abranger a totalidade do terreno incluído no Plano de Pormenor (Cfr documento em anexo); Sete - Considerando que o processo de classificação já colheu parecer favorável da DRCN, encontrando-se numa fase final de instrução (cfr. Documento em anexo); Oito - Considerando que atualmente existe a possibilidade de candidatar o referido projeto museológico ao Programa Cultura EEA Grants 2014-2021 através da Call 1 - Desenvolvimento Local através da salvaguarda e revitalização do

património cultural costeiro, que poderá financiar o projeto até 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros); Nove - Considerando que o Plano de Pormenor é incompatível com a intenção de se preservar e transformar o edifício em espaço museológico que se pretende concretizar com o apoio dos EEA Grants; Dez - Considerando que o Plano de Pormenor é incompatível com o processo de classificação do edifício e área envolvente como IMM; Onze - Considerando que o processo de classificação do edifício como IIM promove uma alteração significativa das condições culturais do espaço, podendo por isso ser enquadrado no ponto primeiro do artigo centésimo vigésimo sétimo do Decreto-Lei número 80/2015 de 14 de maio: “os programas e os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine”; Doze - Considerando que a revogação do Plano de Pormenor manterá em vigor as disposições do PDM, que não possui qualquer incompatibilidade com o processo de classificação; sugere-se que o Executivo Municipal delibere aprovar a proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e solicitar à CCDR-N o adequado e imprescindível parecer, a fim de ponderar uma proposta definitiva a submeter à Assembleia Municipal, órgão com competência própria para a aprovação final e definitiva para aprovar a Revogação do referido Plano de Pormenor.” A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e solicitar à CCDR-N o adequado e imprescindível parecer, de acordo com o proposto, com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que apresentaram uma Declaração de Voto a qual fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

----NOVE. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE - ANO DE 2019-----

-----a) Informação do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa a RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE - ANO DE 2019 do seguinte teor: “Por deliberação de 01/07/2009, o Conselho de Prevenção da Corrupção em funcionamento no Tribunal de Contas, aprovou uma Recomendação

(número 1/2009) publicada no Diário da República número 140, Segunda Série, de 22/07/2009, sobre a elaboração do Plano de Gestão de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, pelos órgãos dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos. Ora, a Câmara Municipal de Vila do Conde, elaborou e aprovou, em reunião de 19/12/2019, o Plano de Gestão de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, para 2020, tendo remetido ao CPC. A mesma Recomendação, do CPC, determinava também às referidas entidades, a obrigação de elaboração do consequente relatório anual sobre a execução do Plano, no prazo de 90 (noventa) dias, ou seja, até 31 de março de cada ano. Elaborado o relatório anual, quanto às medidas implementadas, sobre a execução do plano vigente em 2019, sugere-se ao Executivo Municipal a sua aprovação e remessa imediata ao CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, em funcionamento no Tribunal de Contas.” A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Vila do Conde relativo ao ano de 2019, nos termos propostos, com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que apresentaram uma Declaração de Voto que fica anexa à ata e dela faz parte integrante. -----

----DEZ. CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -----

----- a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao PROCESSO URBANISTICO NÚMERO 108/19 - TITULAR DO PROCESSO: ALBERTO FERREIRA DA COSTA - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SOCIEDADE ANÓNIMA - LOCAL DA OBRA: - RUA CIDADE DE PORTALEGRE/AVENIDA JÚLIO GRAÇA EM VILA DO CONDE - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico suprarreferido, foi proposta a cedência gratuita, de uma parcela de terreno com a área de 705,89 m2, para ser integrada no domínio público, na freguesia e concelho de Vila do Conde, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila do Conde sob o número 6776/Vila do Conde, tendo a escritura de Doação ao domínio público municipal sido celebrada em 29/07/2019. Porém, vem agora o requerente, de acordo com novo levantamento topográfico efetuado ao prédio objeto de licenciamento e com o novo projeto de arquitetura apresentado, solicitar a retificação da área de cedência

ao domínio ao público municipal para 696m2, devidamente identificada na planta constante do referido processo a folhas duzentos e dezanove, tendo merecido parecer favorável dos Serviços Municipais. Ora, para aceitar doações ao Município, ainda que para o seu domínio público, tem competência própria, indelegável, a Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea j) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/9, pelo que se propõe que o órgão Executivo Municipal delibere aceitar a retificação da doação da parcela de terreno supra indicada ao domínio público municipal, nos termos propostos.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a retificação da doação da parcela de terreno em causa ao domínio público municipal, nos termos propostos. -----

-----b) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao PROCESSO URBANISTICO NÚMERO 234/18 - TITULAR DO PROCESSO: ELISABETE MARIA RIBEIRO LEITES - LOCAL DA OBRA: - RUA DA CHOUSA, VILA CHÃ - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico suprarreferido, é proposta a cedência gratuita, de uma parcela de terreno com a área de 128,50 m2, para permitir a beneficiação do perfil da Rua da Chousa, em Vila Chã, nomeadamente para dotação de passeio e baía de estacionamento, para ser integrada no domínio público, na freguesia de Vila Chã, do concelho de Vila do Conde, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila do Conde sob o número 986/Vila Chã, devidamente identificada na planta constante do referido processo a folhas trinta e um. Ora, para aceitar doações ao Município, ainda que para o seu domínio público, tem competência própria, indelegável, a Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea j) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/9, pelo que se propõe que o órgão executivo municipal delibere aceitar a doação da parcela de terreno supra indicada ao domínio público municipal, nos termos propostos.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação da parcela de terreno em causa ao domínio público municipal, nos termos propostos. -----

-----c) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e

Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao PROCESSO URBANISTICO NÚMERO 61/19 - TITULAR DO PROCESSO: JORGE MANUEL CRUZ ARAUJO - LOCAL DA OBRA: - VIA 8 DE JULHO/RUA SAUL DIAS, EM MINDELO - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico JULHO/RUA SAUL DIAS, EM MINDELO - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico suprarreferido, é proposta a cedência gratuita, de uma parcela de terreno com a área de 95 m2, para continuação do arruamento denominado Rua Saul Dias na frente do terreno, em Mindelo, para ser integrada no domínio público, na freguesia de Mindelo, do concelho de Vila do Conde, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila do Conde sob o número 2877/Mindelo, devidamente identificada na planta constante do referido processo a folhas trinta e nove. Ora, para aceitar doações ao Município, ainda que para o seu domínio público, tem competência própria, indelegável, a Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea j) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/9, pelo que se propõe que o órgão executivo municipal delibere aceitar a doação da parcela de terreno supra indicada ao domínio público municipal, nos termos propostos.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação da parcela de terreno em causa ao domínio público municipal, nos termos propostos. -----

-----d) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao PROCESSO URBANISTICO NÚMERO 12/18- TITULAR DO PROCESSO: ANTÓNIO ALVES DA SILVA, LIMITADA - LOCAL DA OBRA: - RUA ANTÓNIO ALVES DA SILVA E RUA 45 - AREIA - ÁRVORE - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico suprarreferido, é proposta a cedência gratuita, de uma parcela de terreno, uma com a área de 164 m2, para passeios, para ser integrada no domínio público, na freguesia de Árvore, do concelho de Vila do Conde, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila do Conde sob o número 549/Árvore, devidamente identificadas na planta constante do referido processo a folhas noventa e dois. Ora, para aceitar doações ao Município, ainda que para o seu domínio público,

tem competência própria, indelegável, a Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea j) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/9, pelo que se propõe que o órgão executivo municipal delibere aceitar a doação da parcela de terreno supra indicada ao domínio público municipal, nos termos propostos.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação da parcela de terreno em causa ao domínio público municipal, nos termos propostos. -----

-----e) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao PROCESSO URBANISTICO NÚMERO 272/76 - TITULAR DO PROCESSO: DAVID MAIA FERREIRA - LOCAL DA OBRA: - RUA DOUTOR AMÉRICO SILVA, EM AZURARA - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, do seguinte teor: “No âmbito do processo urbanístico suprarreferido, é proposta a cedência gratuita, de uma parcela de terreno com a área de 34,60 m2, para beneficiação rodoviária e acesso a garagem, em Azurara, para ser integrada no domínio público, na freguesia de Azurara, do concelho de Vila do Conde, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila do Conde sob o número 551/Azurara, devidamente identificada na planta constante do referido processo a folhas sessenta e cinco. Ora, para aceitar doações ao Município, ainda que para o seu domínio público, tem competência própria, indelegável, a Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea j) do número um do artigo trigésimo terceiro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013 de 12/9, pelo que se propõe que o órgão executivo municipal delibere aceitar a doação da parcela de terreno supra indicada ao domínio público municipal, nos termos propostos.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação da parcela de terreno em causa ao domínio público municipal, nos termos propostos. ----

----ONZE. EMPREITADAS -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa à EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA NÚMERO 1 DE VILA DO CONDE” - ERROS E OMISSÕES RECLAMADOS, do seguinte teor: “A adjudicatária da empreitada, a “NORCEP - Construções, Sociedade Anónima”, reclamou em tempo oportuno de erros e omissões

ao projeto e ao caderno de encargos. Analisados os erros e omissões reclamados, pela empresa de fiscalização da obra, a mesma pronunciou-se favoravelmente pelo reconhecimento de erros no valor de 12.515,02 euros + IVA (doze mil quinhentos e quinze euros e dois cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), e desfavoravelmente quanto às omissões reclamadas. Em conformidade, deliberou, o Executivo Municipal, em reunião ordinária de 16/01/2020, por unanimidade, aprovar os erros reclamados e os respetivos trabalhos, no valor de 12.515,02 euros + IVA (doze mil quinhentos e quinze euros e dois cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), para a empreitada em referência, nos termos propostos, não se tendo deliberado quanto às omissões reclamadas por falta de propositura. A empresa adjudicatária, a “NORCEP - Construções, Sociedade Anónima”, alega não ter sido notificada quanto à aceitação ou não, do valor das omissões reclamado. Ora, analisadas as omissões reclamadas, pela empresa de fiscalização da obra, a mesma pronunciou-se pela não consideração e aceitação das omissões reclamadas, no valor de 22.594,59 euros + IVA (vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), o que é confirmado pelo Gestor do Contrato. Pelo exposto, sugere-se que o Executivo Municipal delibere, em complemento à sua deliberação tomada em 16/01/2020, não aprovar as omissões ao projeto e ao caderno de encargos, reclamados pelo adjudicatário, no valor de 22.594,59 euros + IVA (vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), em conformidade com as pronúncias emitidas pela empresa de fiscalização e pelo Gestor do Contrato.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não aprovar as omissões ao projeto e ao caderno de encargos reclamados pelo adjudicatário, NORCEP - Construções, Sociedade Anónima, no valor de 22.594,59 euros + IVA (vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), de acordo com o proposto. -----

-----b) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa à Empreitada de: “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA NÚMERO 1 DE VILA DO CONDE” - Trabalhos Complementares, do seguinte teor: “A empreitada suprarreferida foi adjudicada por

deliberação da Câmara Municipal de 25/10/2018, à empresa “NORCEP - Construções, Sociedade Anónima”, pelo valor de 2.288.003,13€ + IVA (dois milhões duzentos e oitenta e oito mil três euros e treze cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), tendo o contrato sido celebrado em 19/11/2018, o qual foi visado pelo Tribunal de Contas em sessão diária do visto de 28/02/2019, tendo a obra sido consignada ao empreiteiro, em 06/05/2019. O prazo de execução da obra é de 18 meses. A empreitada rege-se pelo CCP-Código dos Contratos Públicos revisto pelo Decreto-Lei número 111-B/2017 de 31/8. Entretanto, a Gestora do Contrato, Engenheira Olinda Carqueja, vem propor a autorização e aprovação para a realização de trabalhos complementares na empreitada suprarreferida. Em conformidade, propõe o Gestor do Contrato: -----

i) A aprovação e autorização para a realização de trabalhos complementares, de carater previsível, pelo valor de 7.359,35€ + IVA (sete mil trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), representando 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) do valor de adjudicação da empreitada; -----

ii) A aprovação e autorização para a realização de trabalhos complementares, de carater imprevisível, pelo valor de 20.400,03€ + IVA (vinte mil e quatrocentos euros e três cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), representando 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento) do valor de adjudicação da obra.-----

A natureza e o valor dos trabalhos complementares propostos constam do documento anexo, elaborado pela Gestora do Contrato. O valor dos trabalhos complementares propostos respeitam os pressupostos e os limites previstos no artigo trezentos e setenta do CCP-Código dos Contratos Públicos, podendo ser autorizados e aprovados. Não é proposta qualquer prorrogação de prazo para a execução dos trabalhos complementares em causa. A despesa tem adequado cabimento orçamental e existem suficientes fundos disponíveis para a assunção dos respetivos compromissos financeiros. Para aprovar e autorizar a realização dos trabalhos complementares propostos tem competência própria o Executivo Municipal, havendo lugar a posterior celebração de contrato adicional a remeter ao Tribunal de Contas para eventual Fiscalização concomitante.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar

e autorizar a realização de trabalhos complementares de natureza previsível e imprevisível na empreitada em causa, no valor de 7.359,35 € + IVA (sete mil trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado) e 20.400,03 € + IVA (vinte mil e quatrocentos euros e três cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado), respetivamente, nos termos propostos. -----

-----c) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa EMPREITADA DE «CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E BAÍA DE ESTACIONAMENTO NA RUA DONA MARIA PAES RIBEIRO - VILA DO CONDE», do seguinte teor: “De acordo com informação técnica do Engenheiro Paulo Baptista, propõe-se a abertura do adequado procedimento legal de contratação pública para a eventual adjudicação e contratualização da empreitada de «CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E BAÍA DE ESTACIONAMENTO NA RUA DONA MARIA PAES RIBEIRO», tendo em vista criar melhores condições de circulação, acessibilidade e mobilidade, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Concelho. A execução da empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos do Município, aprovado e em vigor, sob o código 2017 I 14. O prazo de execução da obra é de 210 dias. Estima-se que o custo da empreitada seja de 200.000,00 € + IVA (duzentos mil euros mais imposto sobre o valor acrescentado), resultante da avaliação de custos compostos, tendo em consideração as quantidades referidas no mapa de trabalhos, conforme peças desenhadas e escritas, que compõem o caderno de encargos. Tal estimativa poderá ser adotada como preço base do procedimento. Não é informado se houve lugar à revisão do projeto, donde se conclui que os Serviços Técnicos Municipais de Obras Públicas presumem que a obra não é classificável na categoria III ou superior, nos termos da Portaria 701-H/2008 de 29/07, o que determina não ser exigível a revisão do projeto. A despesa tem adequado cabimento orçamental. Face ao valor em causa, informa-se que o procedimento pré-contratual adequado é o Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo décimo nono do Código dos Contratos Públicos. Em conformidade com o disposto no artigo quadragésimo do CCP, foi elaborado um Processo de Concurso que inclui Projeto de execução, Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Anúncio, fixando como critério de adjudicação o da “Proposta Economicamente mais Vantajosa”, avaliando-se apenas o «preço» enquanto único aspeto da execução do

contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo septuagésimo quarto do CCP. Sugere-se a nomeação do júri do procedimento, nos termos do artigo sexagésimo sétimo do CCP, constituído pelos seguintes elementos: - Presidente: Engenheira Olinda Carqueja, Chefe de Divisão Municipal; Primeiro vogal: Engenheiro Paulo Baptista, Técnico Superior Municipal; - Segundo Vogal: Doutora Anabela Carmo Reis, Técnica Superior Municipal; Primeiro Suplente: Engenheira Márcia Campos, Técnica Superior Municipal; Segundo Suplente: Doutor Alberto Laranjeira, Chefe de Divisão Municipal. O Júri do procedimento, que só poderá funcionar com a presença de todos os membros e cujas deliberações são tomadas por maioria, terá como competências, proceder à apreciação das propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas. Para aprovar o projeto de execução, o preço base, o caderno de encargos, autorizar o procedimento sugerido, bem como aprovar o critério de adjudicação, o programa de concurso, o anúncio e nomear o júri do procedimento tem competência própria a Câmara Municipal.” A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento sugerido, aprovar o projeto de execução, o preço base, o caderno de encargos, o programa de concurso, o anúncio, o critério de adjudicação e nomear o júri do procedimento, para a empreitada em referência, e de acordo com o proposto. -----

----DOZE. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA DE RSU’S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA, NO MUNICIPIO DE VILA DO CONDE - RENOVAÇÃO DO CONTRATO - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

-----a) Informação/Proposta do Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira Doutor Nuno Castro relativa ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA DE RSU’S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA, NO MUNICIPIO DE VILA DO CONDE - RENOVAÇÃO DO CONTRATO - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, do seguinte teor: “Em 20/12/2018, foi celebrado, entre o Município de Vila do Conde e a sociedade “SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Sociedade Anónima” um contrato de prestação de serviços de “RECOLHA DE RSU’S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA, NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE”, pelo prazo de 1 (um) ano, pelo valor de 2.158.778,88 euros + IVA (dois milhões cento e cinquenta e oito mil setecentos e setenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos mais imposto sobre

o valor acrescentado), visado pelo Tribunal de Contas em sessão diária do visto de 13/03/2019, tendo iniciado a produção de efeitos em 1/04/2019, pelo período de 12 (doze) meses, com término em 31/03/2020. Todavia, nos termos do previsto na cláusula terceira do contrato celebrado, o contrato pode ser objeto de renovação expressa anual, até ao limite de 3 (três) anos. Porém, a eventual e previsível renovação do contrato, por um novo período de 1 (um) ano, com início previsto em 1/04/2020, abrangerá já os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021. Ora, a partir de 1/01/2021, a transferência de competências no setor da limpeza urbana, para as Freguesias será legalmente obrigatória, conforme prevê a Lei Quadro número 50/2018, de 16/8. A renovação do contrato, pelo período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1/04/2020, implica a assunção de compromissos plurianuais com a limpeza urbana e a recolha de RSU'S. Em conformidade, e por forma a viabilizar a renovação do contrato, solicitou o Executivo Municipal à Assembleia Municipal: -----

Um) A aprovação da seguinte repartição plurianual de encargos: -----
 2020 - 1.619.084,16 € + IVA (um milhão seiscentos e dezanove mil oitenta e quatro euros e dezasseis cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado); -----
 2021 - 539.694,72 € + IVA (quinhentos e trinta e nove mil seiscentos e noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado); -----
 TOTAL - 2.158.778,88 € + IVA (dois milhões cento e cinquenta e oito mil setecentos e setenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos mais imposto sobre o valor acrescentado); -----

Dois) A autorização para a assunção dos respetivos compromissos plurianuais; tendo o órgão deliberativo municipal na sua sessão ordinária realizada em 27/02/2020, aprovado e autorizado o solicitado. A despesa a realizar em 2020 tem adequado cabimento orçamental e existem adequados e suficientes fundos disponíveis para assumir os encargos associados. Porém, a partir de 1/01/2021, a transferência de competências no setor da limpeza urbana, para as Freguesias será legalmente obrigatória, conforme prevê a Lei Quadro número 50/2018, de 16/8, havendo necessidade de acautelar um eventual adiamento do processo de transferência de competências dos Municípios para as Freguesias, para além de 31/12/2020. Em conformidade, sugere-se que o Executivo Municipal aprove a renovação expressa do


contrato em causa, pelo período de 1 (um) ano, com início de efeitos a 1/04/2020, sujeito a uma condição suspensiva, a aditar ao contrato celebrado, caso se verifique em 1/01/2021 a efetiva transferência de competências, implicando a ineficácia da assunção dos compromissos a assumir para o primeiro trimestre de 2021, na parte correspondente à limpeza urbana.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a renovação expressa do contrato em causa, pelo período de 1 (um) ano, com início de efeitos a 1/04/2020, sujeito a uma condição suspensiva, a aditar ao contrato celebrado, caso se verifique em 1/01/2021 a efetiva transferência de competências, implicando a ineficácia da assunção dos compromissos a assumir para o primeiro trimestre de 2021, na parte correspondente à limpeza urbana, de acordo com o proposto. -----

---Três. PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

----- Não esteve presente nenhum munícipe. -----

-----Finalmente foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta a ata da presente reunião nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, para efeitos imediatos. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e cinquenta minutos, sendo a presente ata assinada pela Senhora Presidente da Câmara Doutora Elisa Ferraz, e por mim, Maria da Conceição Pinto Soares Couto, que a lavrei na qualidade de Secretária do órgão executivo municipal. -----



Maria da Conceição Pinto Soares Couto

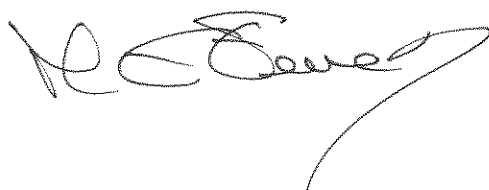
Voto de Louvor

PROFESSOR JOSÉ HENRIQUES

No momento em que termina funções, por aposentação, após longa carreira dedicada à docência e ao exercício de cargos diretivos nas Escolas Júlio Saúl Dias e Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira, o Professor JOSÉ MANUEL DO CARMO HENRIQUES deixa uma marca assinalável no Ensino do Concelho de Vila do Conde, onde soube colocar ao serviço da comunidade escolar a sua dedicação, o seu dinamismo e a sua exigência, conseguindo desenvolver um conjunto de atividades complementares da componente letiva que muito valorizou e valoriza a formação dos alunos.

A Câmara Municipal de Vila do Conde, em reunião realizada em 10 de março de 2020, por iniciativa da Srª Presidente e do grupo de Vereadores eleitos pela NAU, apresenta um Voto de Louvor ao Professor José Manuel do Carmo Henriques, considerando o grau excecional de toda a ação que desenvolveu em prol de um Ensino exigente e de qualidade no Concelho de Vila do Conde.

Os Eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores NAU

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'N. E. Soares', written in a cursive style.

Voto de Louvor

FUTEBOLISTA DO RIO AVE FC "TARANTINI" ATINGE OS 400 JOGOS COM A CAMISOLA DO

RIO AVE F.C.

Ricardo José Vaz Alves Monteiro, conhecido no mundo do Futebol como TARANTINI, nasceu em 7 de outubro de 1983 na Freguesia de Gestaço, Concelho de Baião. No passado dia 21 de fevereiro, em jogo realizado entre as equipas profissionais do Tondela e do Rio Ave FC completou 400 jogos nos quais envergou a camisola do Rio Ave FC e em muito honrou as cores Vila-Condenses.

Pelo exemplo do profissional que é e pelo facto de há mais de uma década representar a maior marca desportiva do Concelho de Vila do Conde, a Câmara Municipal de Vila do Conde, em reunião realizada em 10 de março de 2020, por iniciativa da Sr^a Presidente e do grupo de Vereadores eleitos pela NAU, felicita o atleta TARANTINI pela excecionalidade da marca atingida

Os Eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores NAU

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R. V. Alves Monteiro' or similar, written in a cursive style.

REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

10/03/2020

PAOD

INTERPELAÇÃO

A três de Fevereiro foi promovida pelo executivo uma reunião com diversas entidades, no sentido de promover um Plano de Contingência para o Concelho fazer face a uma eventual chegada do coronavírus (COVID-19).

No resumo dessa reunião não vimos qualquer referência ao Centro Hospitalar, que ainda recentemente refere ao Jornal Terras do Ave, que não conhece o referido Plano.

Hoje, quando pensavamos perguntar porque é que esse plano de contingência ainda não tinha vindo à reunião de Câmara, fomos surpreendidos e ainda bem, com a publicação do mesmo na página facebook da Câmara Municipal.

Posto isto, importa questionar a Sra Presidente,

1 - Que medidas desse plano já foram implementadas nos equipamentos e espaços públicos municipais?

2 - Há ou não articulação do Plano de Contingência com o Centro Hospitalar e restantes entidades da Direção Geral de Saúde?

O Vereador



Fl. 45.6

REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 10/03/2020

PAOD

RESPOSTA À INTERPELAÇÃO

No dia 9 de março de 2020 foi aprovado um Plano de Contingência relativo à pandemia do Coronavírus – COVID 19, sendo as seguintes as medidas implementadas nos equipamentos e espaços públicos municipais:

Ponto 1

- Identificação dos efeitos que a infeção de trabalhador(es) pode causar no serviço ou entidade
- Identificação dos Serviços ou atividades imprescindíveis de dar continuidade
- Identificação ou atividades passíveis de serem reduzidos ou fechados
- Identificação de Grupos de trabalhadores com potencial de risco associado
- Atividades que podem recorrer a formas alternativas de teletrabalho
- Estabelecimento de áreas de isolamento e circuitos
- Estabelecimento de procedimentos específicos de auto proteção
- Definição de responsabilidades
- Identificação dos profissionais de saúde e seus contactos
- Aquisição e disponibilização de equipamentos e produtos
- Informação e Formação
- Definição de procedimentos num caso suspeito
- Definição de procedimentos de um caso suspeito validado
- Definição de procedimentos de vigilância de contactos próximos
- Fluxograma de situação de trabalhador com sintomas de COVID-19
- Serviços em funcionamento condicionado: Encontram-se encerrados todos serviços de atendimento presencial ao público, assim como equipamentos culturais, desportivos e de lazer. Para qualquer assunto, os munícipes deverão contactar através do telefone 252 248 400 ou pelo e-mail geral@cm-viladoconde.pt
- Cancelamento de todas as feiras que se realizam no concelho. Isenção de pagamento de todas as taxas de ocupação de feiras e mercados até 30 de junho 2020;
- Encerramento de todas as esplanadas em todo o concelho
- Foram interditas as atividades desportivas ou de lazer que impliquem aglomerados de pessoas nas praias fluviais e marítimas sob a jurisdição da Capitania de Vila do Conde. Estas ações foram articuladas diretamente entre a CMVC e a autoridade marítima local.

- Cancelamento de todos os eventos de todo o género promovidos pelo Município ou que careçam de autorização municipal, até que se restabeleça a normalidade.
- Implementação do Programa “ESTAMOS AQUI”: Com este Programa, a Câmara Municipal pretende garantir ajuda social e apoio psicológico aos cidadãos mais vulneráveis. A todos aqueles que necessitarem, serão prestados serviços como a disponibilização de bens essenciais, alimentares e de saúde, apoio psicológico e outros. Ao mesmo tempo pretende-se reforçar a rede de voluntários no concelho de Vila do Conde para que não falhe o auxílio aos que mais precisam. Para ter acesso à ajuda que precisam ou para se voluntariarem a ajudar, os vilacondenses têm os seguintes meios à disposição:

Apoio social - telefone 252 248 400 das 9h00 às 20h00, de segunda a sexta-feira;

Apoio psicológico – telefone 252 248 477 das 9h00 às 20h00, de segunda a sexta-feira;

inscrições na página www.cm-viladoconde.pt

- Afetação de 250 mil euros do Orçamento Municipal para fazer face a medidas de âmbito social com as famílias, Juntas e Uniões de Freguesias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (em funcionamento), para a aquisição de bens, equipamentos e serviços relacionados com a situação pandémica;
- Alteração ao Regulamento Municipal sobre atribuição de subsídios a pessoas ou famílias em situação de emergência social: ficou determinado que o valor máximo de 500€, constante do artigo 3º, poderá atingir o valor máximo de 1000€ e a sua periodicidade suspensa (nunca inferior a 2 anos), em situações declaradamente relacionadas com a pandemia COVI-19;
- Suspensão do pagamento de rendas (abril, maio e junho 2020) de todos os fogos Municipais. Após esta data, o valor poderá ser pago em 18 prestações (sem juros e penalizações). No entanto, quem pretender efetuar normalmente o pagamento da renda da sua habitação, poderá continuar a fazê-lo;
- Suspensão da eficácia jurídica dos contratos de concessão relativos a espaços comerciais que se encontrem encerrados, enquanto durar o seu encerramento não havendo lugar a pagamento da respetiva renda;
- Isenção do pagamento dos prolongamentos escolares, enquanto durar a suspensão das atividades letivas e não letivas dos estabelecimentos escolares, decretado pelo Governo.
- Câmara de Vila do Conde disponibiliza 4000l de gasóleo aos Bombeiros, Cruz Vermelha, GNR e PSP. Foram disponibilizados 1000L a cada uma destas forças de segurança e proteção.
- Limpeza e desinfecção na via pública, passeios, locais de maior circulação, tampas e das pegadas de contentores de resíduos sólidos urbanos. A Câmara Municipal de Vila do Conde está a desinfetar as áreas sujeitas a maior movimentação de pessoas, como entradas de mercearias e supermercados, entradas de farmácias, praças, bancos de jardim, passeios, vias públicas, etc. Encontra-se também a fazer a desinfecção das tampas e das pegadas de contentores de resíduos sólidos urbanos, em contínuo, com a solução de hipoclorito a 5%, que é o desinfetante recomendado pela Direção Geral de Saúde, em todo o concelho. A Autarquia também disponibilizou apoio às Juntas e Uniões de Freguesias para que esta operação se estenda a todo o concelho, fornecendo equipamentos de proteção e solução desinfetante.

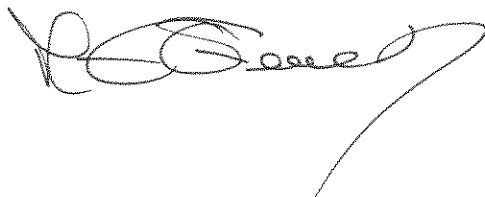
- Ao Município de Vila do Conde chegou um donativo de 7500 máscaras da Associação de Mulheres Chinesas do Porto e de um anónimo. A Autarquia Vilacondense procedeu à seguinte distribuição, atendendo às necessidades manifestadas pelas seguintes entidades:

750 máscaras cirúrgicas para o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim / Vila do Conde; cerca de 1150 foram distribuídas pelas seguintes Instituições Particulares de Solidariedade Social: Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Associação O Tecto, Centros Sociais e Paroquiais de Mindelo e Junqueira, Associação de Solidariedade Social de Mosteiró, MADI e Delegação de Vila do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa. Está prevista a distribuição por outras entidades.

- A Autarquia disponibilizou à Autoridade de Saúde Local os seus equipamentos, bem como todo o apoio logístico inerente para as situações excepcionais que eventualmente venham a ocorrer.
- Aulas de exercício físico - "ESTAMOS AQUI" todas as segundas e quintas, às 16h00, na página de facebook da Câmara Municipal; O Programa Desporto Sénior, na impossibilidade de lecionar presencialmente as aulas, leva os professores até sua casa através da página de facebook da Câmara Municipal. Todas as 2ª e 5ªs feiras, pelas 16 horas, será disponibilizada uma aula para os utentes do "Desporto Sénior" e para todos aqueles que se encontram em casa.
- Mensalidade das Piscinas Municipais: após retoma das atividades, os valores pagos referentes ao mês de março serão debitados em próximas utilizações ou devolvidos, caso o utente assim o preferir.

Ponto 2 - Há ou não articulação do Plano de Contingência com o Centro Hospitalar e restantes entidades da Direção Geral de Saúde?

Há articulação do Plano com todas as entidades com responsabilidades de Gestão de Crise definidas no Plano Municipal de Proteção Civil.



| | | |
|---|----------------------|--------|
| Curtas Metragens | Atividades culturais | 51 500 |
| Grupo Musical Cavaquinhos de Arcos | Atividades culturais | 1 700 |
| Nuvem Voadora | Atividades culturais | 31 500 |
| Ritmos e Baladas - Tuna do Eseg | Atividades culturais | 1 000 |
| Vertente Cultural - Coro de Santa Cecília | Atividades culturais | 1 700 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)

TABELA ANEXA – Associações de Solidariedade

10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL/EUROS |
|---|---------------------|-------------------|
| ARRIMO – Projeto Ancora/Equipa de Rua | Atividades diversas | 1.750,00 |
| Associação Cultural Jardins de Sons (Bagunte) | Atividades diversas | 1.600,00 |
| Arrimo - Projeto Âncora / Equipa de Rua | Atividades diversas | 3 000 |
| Associação de Solidariedade Social de Mosteiró | Atividades diversas | 9 000 |
| Associação de Solidariedade Social O TECTO | Atividades diversas | 18 000 |
| Associação Humanitária BVVC | Atividades diversas | 145 000 |
| Associação Proteção Terceira Idade - António Ferreira Vila Cova | Atividades diversas | 18 000 |
| Centro Social Cultural e Recreativo Arvoreense | Atividades diversas | 13 500 |
| Centro Social e Paroquial da Junqueira | Atividades diversas | 18 000 |
| Centro Social e Paroquial das Caxinas | Atividades diversas | 18 000 |
| Centro Social e Paroquial de Guilhabreu | Atividades diversas | 4 750 |
| Centro Social e Paroquial de Labruge | Atividades diversas | 18 000 |
| Cruz Vermelha Portuguesa | Atividades diversas | 45 000 |
| Fraternidade da Ordem Franciscana Secular de Azurara | Atividades diversas | 5 000 |
| Infantário D. Vitória – Associação de Solidariedade Social | Atividades diversas | 2 000 |

~~Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Viva Projeto Infância Melhor Projeto de Modernização do Espólio Público Municipal~~

FLS-45.10

| | | |
|---|---------------------|--------|
| Instituto S. José | Atividades diversas | 2 000 |
| Omnium Ancora | Atividades diversas | 3 000 |
| Sancris - Ass. Solidariedade Santa Cristina Malta | Atividades diversas | 9 000 |
| Venerável Ordem Terceira S. Francisco - VC | Atividades diversas | 18 000 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)

TABELA ANEXA - CONFERENCIAS

10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL /EUROS |
|---|--------------------|--------------------|
| Conferência de Santa Cristina de Malta | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência de São Martinho – Fornelo | Atividades Sociais | 4.000,00 |
| Conferência Feminina N.ª Sra. De Fátima de Vila do Conde | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de S. João Evangelista de Mindelo | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de S. João Batista – V C | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de Guilhabreu | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina da Junqueira | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de Nossa Sra. do Ó - Vilar | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de S. Mamede de Vila Chã | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de Sta. Maria (Bagunte e Outeiro) | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de Santa Maria de Vilar do Pinheiro | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de S. Roque de Modivas | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina do Divino Salvador de Macieira | Atividades sociais | 4.000,00 |
| Conferência Vicentina de Caxinas (N. Sr. dos Navegantes) | Atividades Sociais | 4.000,00 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)
TABELA ANEXA – RANCHOS FOLCLORICOS
10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL/EUROS |
|---|---|-------------------|
| AC RANCHO FOLCLÓRICO DE S. MARTINHO DE GUILHABREU | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| ACRD – VAIRÃO – RANCHO | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ARVORENSE – RANCHO E CULTURA | Atividades culturais e recreativas | 4.100,00 |
| ADCR CAXINAS - RANCHO | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| ACDM MINDELO | Atividades culturais e recreativas | 4.500,00 |
| ASSOCIAÇÃO RANCHO FOLCLÓRICO S. SALVADOR DE ÁRVORE | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| CENTRO CULTURAL ESCOLA DE MÚSICA DE MODIVAS – RANCHO | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| CENTRO POPULAR TRABALHADORES S. PEDRO DE CANIDelo | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| GRUPO FOLCLÓRICO DOS PESCADORES DAS CAXINAS E POÇA DA BARCA | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| GRUPO FOLCLÓRICO INFANTIL DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO | Atividades culturais e recreativas | 2.000,00 |
| GRUPO FOLCLÓRICO DE S. SALVADOR DE MACIEIRA | Atividades culturais e recreativas | 4.500,00 |
| RANCHO DA PRAÇA | Atividades culturais e recreativas | 13.500,00 |
| RANCHO DA PRAÇA | Atividades culturais – Apoio no âmbito da geminação do Ferrol | 2.000,00 |
| RANCHO DANÇAS E CANTARES DAS LAVRADEIRAS DE VILA CHÃ | Atividades culturais e recreativas | 7.000,00 |
| RANCHO ETNOGRÁFICO AMIGOS DA BORGIA – ACR TOUGUES | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |
| RANCHO ETNOGRÁFICO DE SANTA MARIA DE TOUGUINHA | Atividades culturais e recreativas | 4.500,00 |
| RANCHO FOLCLÓRICO TRAJES, DANÇAS E CANTARES DE RIO MAU | Atividades culturais e recreativas | 3.500,00 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)

TABELA ANEXA – FABRICAS DA IGREJA

10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL/EUROS |
|--|--------------------------|----------------------|
| Fábrica da Igreja Paroquial de Vila do Conde | Atividades religiosas -- | 16 500 |
| Fábrica da Igreja Paroquial de Vila do Conde | CAPELA DO SOCORRO | 3 000 |
| Fábrica da Igreja Paroquial de Modivas (Divino Salvador) | Atividades religiosas | 2 000 |
| Fábrica da Igreja paroquial do senhor dos Navegantes | Atividades religiosas | 16 500 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)

TABELA ANEXA – ESCUTEIROS

10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL/EUROS |
|--|----------------------|-------------------|
| Corpo Nacional de Escutas - ÁRVORE | Atividades escutismo | 1 250 |
| Corpo Nacional de Escutas - CAXINAS | Atividades escutismo | 1 250 |
| Corpo Nacional de Escutas – MINDELO | Atividades escutismo | 1 250 |
| Corpo Nacional de Escutas – VAIRÃO | Atividades escutismo | 1 250 |
| Associação Escuteiros Desbravadores | Atividades escutismo | 1 250 |
| Fraternidade Nuno Alvares – Escuteiros Adultos | Atividades escutismo | 1 250 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PONTO 2 – ALÍNEA A)

TABELA ANEXA – ATIVIDADES DIVERSAS

10/03/2020

| ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO | FIM | VALOR ANUAL/EUROS |
|--|-------------------------------|-------------------|
| ASC dos Vilacondenses Ex- Combatentes Ultramar | Atividades culturais/diversas | 3.000 |
| Associação Árvore Viva | Atividades culturais | 1.000 |
| Associação Animais Como Nós | Atividades diversas | 2.500 |
| Associação Asharma Vila do Conde | Atividades diversas | 1.000 |
| ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MINDELO PARA A DEFESA DO AMBIENTE | Atividades diversas | 1.000 |
| Associação Cultural Movimento Vive Mais Arcos | Atividades diversas | 1.000 |
| Associação de Apoio aos Profissionais de Pesca | Atividades diversas | 1.800 |
| Centro de Ciência Viva | Atividades diversas | 35.000 |
| Os Parafusos Vão e as Porcas Ficam | Atividades diversas | 1.000 |
| Trecos e Patudos – Associação de Proteção dos Animais | Atividades diversas | 2.500 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

Els 4516

REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 06/03/2020

PONTO 2 – ALÍNEA c)

| NOME | FIM A QUE SE DESTINA | VALOR |
|--|---|------------|
| ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ | Apoio financeiro para aquisição de carrinha | 5.000,00€ |
| CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - VILAR | Apoio para aquisição e montagem de portão | 2.500,00 € |

El. 15.17

Nº Registo: 2810/20 INTERNO



PRÉMIO ESCOLAR MUNICIPAL - 2018/19

Melhor Aluno/Mérito

| Ano | Aluno/a | Estabelecimento de Ensino | Média | Morada | NIF | Contacto |
|--------|--|--|-------|--|-----------|--|
| 9ª | Afonso Miguel Matos Vasconcelos de Sousa | Agrupamento de Escolas Frel João | 5 | Avenida do Castelo nº 73 - 1º Esquerdo, 4480-894 Vila do Conde | 252582209 | 919244564 Enc. Educação Pai Nuno Sousa |
| 9ª | Afonso Santos de Vilhena Costa | Agrupamento de Escolas Frel João | 5 | Rua Almeida Garret nº 123 2º Direito, 4480-725 Vila do Conde | 259007510 | 961128443 Enc. Educação Mãe Helena Costa |
| 9ª | Guilherme Oliveira Mala | Agrupamento de Escolas Frel João | 5 | Avenida Baltazar do Couto nº 104, 2º Esq. Centro, 4480-655 Vila do Conde | 247609358 | 966327413/933675527 Enc. Educação Pai Jorge Mala |
| Mérito | | | | | | |
| 9ª | Ana Rita Viso Gonçalves | Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira | 5 | Rua Nossa Sra. Da Fátima, 1186 4480-231 Bagunte | 274102412 | 938660337 Enc. Educação Mãe Ana Paula Viso |
| Mérito | | | | | | |
| 9ª | Joana da Silva Bernardo | Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira | | Rua D. Manuel I, 90 4480-342 Touguinha | 254361986 | 962469812 Enc. Educação Mãe Maria do Saneiro Silva |
| 9ª | Bruno Miguel Torres Ribeiro | Agrupamento de Escolas D. Pedro IV | 5 | Rua Alto dos Varais, 53 - A 4485-696 Vila Chã | 251524690 | 918043259 Enc. Educação Mãe Carla Teixeira |
| 9ª | Luís Henrique Trindade Pedrosa | Agrupamento de Escolas D. Pedro IV | 5 | Rua Sr.ª Amparo nº 500, 4485 - 266 Guilhabreu | 277014417 | 913590953 Enc. Educação Mãe Isilda Trindade |
| 9ª | Mariana Silva Fernandes | Escola Secundária José Régio | 5 | Av. Bernardino Machado, 296, 1º Esq. 4480-657 Vila do Conde | 246743271 | 968409523 Enc. Educação Mãe Carla Fernandes |
| 9ª | Maria Angélica Vilas Boas Maricato | Escola Secundária José Régio | 5 | Av. Abade Sousa Mala, 140, 3º Dto 4480-650 Vila do Conde | 249725266 | 939041889 Enc. Educação Mãe Angélica Vilas Boas |
| 12ª | João Carlos Marques Grilo de Sousa | Escola Secundária José Régio | 19,3 | Rua Dr. Pereira Júnior, 150, 3º Dto 4480-813 Vila do Conde | 262292122 | 936292798 Enc. Educação Mãe Manuela Marques |
| Mérito | | | | | | |
| Mérito | Diogo Filipe Duarte Carvalho | Escola Secundária José Régio | | Rua do Rochão, 54 4485-197 Glão | 253158826 | 916063583 Enc. Educação Pai Henrique Carvalho |
| Mérito | Luís Miguel dos Santos Ribeiro | Escola Secundária José Régio | | Rua de Clima, 9 4485-915 Labruça | 270156887 | 917026130 Enc. Educação Pai Oswaldo Ribeiro |

FL-45.12

Nº Registo: 2810/20 INTERNO

| | | | | | | |
|--------|---|--|------|--|-----------|---|
| 12ª | Pedro Gomes da Silva | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 5 | Rua Profª António Barbosa Sá Faria AD29, nº 90 – R/ch esquerdo, 4480-175 Azurara | 275435008 | 916727725/916083981 Enc. Educação Mãe Elvira Silva |
| 12ª | Sara Lopes Salgueiro Silva | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 19,1 | Rua da Liberdade, nº 95 1º andar 4485-705 Vila Chã | 251723151 | 914893820/964632924 Enc. Educação O próprio |
| Mérito | Afonso Pontes dos Santos Teixeira Ribalto | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | | Rua da Lapa, nº1008 – R/ch direito, 4480-757 Vila do Conde | 273402269 | 965147524 Enc. Educação Mãe Tânia Ribeiro |
| Mérito | Rui Pedro Dias Franco | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | | Rua do Quintão, nº 40 – 1º direito, 4480-077 Árvore | 249154676 | 914854070 Enc. Educação Mãe Bárbara Silva |
| 12ª | Cristóvão Miguel Gomes Carrêlo | CESAE Centro de Serviços e Apoio às Empresas | 19,3 | Travessa da Portela, 56 4480-465 Rio Mau Vila do Conde | 249068940 | 913029598 Enc. Educação O próprio |
| Mérito | Cristóvão Miguel Gomes Carrêlo | CESAE Centro de Serviços e Apoio às Empresas | | Travessa da Portela, 56 4480-465 Rio Mau Vila do Conde | 249068940 | 913029598 Próprio |
| 12ª | Tiago Dias da Silva | Escola Profissional de Vila do Conde | 18,3 | Rua Central, 1371 4480-404 Rio Mau | 251186180 | 916030259/913341489 Enc. Educação Pai Carlos Silva |
| Mérito | Patrícia Isabel Resende Morim | Escola Profissional de Vila do Conde | | Estrada Nacional 13, 257 4495-204 Navais Póvoa de Varzim | 273890597 | 910461931/961876061 Enc. Educação Mãe Rosa Morim |

PRÉMIO ESCOLAR MUNICIPAL – 2018/19

Melhor Aluno Ensino Artístico

| Ano | Aluno/a | Estabelecimento de Ensino | Média | Marado | NIF | Contacto |
|--|----------------------------------|--|-------|--|-----------|---|
| Curso Básico do Ensino Artístico Especializado de Música | Afonso Santos de Vilhena Costa | Conservatório da Música de Vila do Conde | 5 | Rua Almeida Garrett, 123 – 2º Dto. 4480-725 Vila do Conde | 259007510 | 961128443 Enc. Educação Mãe Helena Costa |
| Curso Básico do Ensino Artístico Especializado de Música | Guilherme Oliveira Mota | Conservatório de Música de Vila do Conde | 5 | Av. Baltazar do Couto, 104 – 2º Esq. Centro 4480-655 Vila do Conde | 247609358 | 966209013 Enc. Educação Mãe Graça Oliveira |
| Curso Básico do Ensino Artístico Especializado de Música | Nuno Miguel Barros Moreira | Conservatório de Música de Vila do Conde | 5 | Rua Cidade de Portalegre, 150, 2º Esq. 4480-895 Vila do Conde | 259701092 | 911110862 Enc. Educação Mãe Fernanda Barros |
| Curso Secundário do Ensino Artístico Especializado de Música | Rafael Eusébio de Almeida Campos | Conservatório de Música de Vila do Conde | 19 | Av. Cidade de Guimarães, nº47 – 2º Dto 4480-669 Vila do Conde | 249499417 | 914124733 Enc. Educação Mãe Patrícia Almeida |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

Fl. 45.20

| CONSUMIDOR/AGREGADO FAMILIAR | FREGUESIA/RESIDÊNCIA | VALOR |
|---|----------------------|----------|
| 20 – LÚCIA MARIA CRUZ MARQUES | MINDELO | 207,43 € |
| 21 – MANUEL FERREIRA ANJO - RENOVAÇÃO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 22 – MARIA DAS DORES BARROSO GRAÇA CARVALHO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 23 – MARIA EMÍLIA DA COSTA SOUSA - RENOVAÇÃO | VILAR | 207,43 € |
| 24 – MARIA DE FÁTIMA CARDOSO TEIXEIRA - RENOVAÇÃO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 25 – MARIA FERNANDA SILVA CUNHA COSTA– RENOVAÇÃO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 26 – MARIA DA GRAÇA PEREIRA MARQUES - RENOVAÇÃO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 27 – MARIA MANUEL DE FREITAS VIEIRA - RENOVAÇÃO | ÁRVORE | 207,43 € |
| 28 – MARIA DA SILVA PONTES - RENOVAÇÃO | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 29 – TÂNIA MIRIAM GOMES DA COSTA | VILA DO CONDE | 207,43 € |
| 30 – ROSA MARIA NOVO DA SILVA RAMOS | VILA DO CONDE | 207,43 € |

Reunião de Câmara: 10.03.2020

Declaração de voto

Ponto 2 a) – Subsídios a Instituições, Associações, Comissões de Festas e Paróquias para o ano 2020

Como vem sendo habitual, a proposta de atribuição de subsídios às instituições concelhias demonstra enorme incoerência, já que algumas veem o seu valor ser reforçado e outras o valor proposto ser idêntico ao do ano anterior. Por outro lado, os aumentos propostos são diferenciados, sem qualquer justificação dada. Tal, leva-nos a questionar o que motiva esta atitude recorrente e discricionária da Sra. Presidente.

Temos vindo ao longo do presente mandato a apelar para que se trate de igual forma as nossas instituições, mas ao que parece, tal não será uma realidade, dada a repetição do princípio errado seguido e que está subjacente às propostas que têm sido colocadas à consideração dos membros da Câmara Municipal. Mesmo não concordando com o princípio, mas conscientes que os subsídios são importantes para que as nossas instituições possam desenvolver a sua importante missão junto da comunidade, votaremos favoravelmente esta proposta, deixando claro que consideráramos de igual modo e sem qualquer discricionariedade todas as instituições concelhias.

Ponto 5 – Protocolo celebrado entre a AMP, o Metro do Porto e os municípios..., com vista ao desenvolvimento de estudos para a consolidação da rede de metro ligeiro e desenvolvimento de sistemas de transportes coletivos em sítio próprio (Metro Bus) na AMP

Se como consta da informação que acompanha a proposta "dos estudos a desenvolver não se contempla o estudo de qualquer projeto suscetível de implementação na área do município de Vila do Conde" e a Presidente da Câmara considera isso injusto e imprescindível, porque assinou o Protocolo??

Viabilizou e participou assim na assinatura do documento, não defendendo ao limite os interesses do município e agora pretende correr "atrás do prejuízo" procurando, à pressa, produzir uma nota técnica que avança 3 propostas (podiam ser estas ou outras) solicitando à AMP para que sejam motivo de estudo aprofundado, dizemos nós justificativo, tendo em vista remeter à "Tutela por via do Metro do Porto" o assunto!! procurando para o efeito uma deliberação favorável da Câmara, sugerindo que possam as propostas, vir a fazer parte integrante do protocolo assinado! Como?

Ainda assim, porque está em causa o superior interesse de Vila do Conde, votamos favoravelmente a proposta, ainda que entendamos que a Câmara Municipal ficou muito mal nesta fotografia!

Ponto 7 – Classificação do antigo edifício da seca do bacalhau como conjunto de interesse municipal

Os Vereadores eleitos pelo PS disseram na reunião de Câmara do passado dia 14 de novembro de 2019, a propósito do agendamento do assunto constante do ponto 5 da agenda - Classificação do edifício da seca do bacalhau como imóvel de interesse municipal que *"O edifício em causa está inserido numa área para a qual está aprovado e em vigor um plano de pormenor! Nesse contexto estão definidas funções e usos, que nos levam a perguntar se estarão de acordo e por isso serão compatíveis com a proposta que hoje é apresentada à Câmara. Temos dúvidas..."*

Por outro lado, há muito que o edifício em questão ameaça ruína, não constituindo património arquitetónico assinalável, ainda que se reconheça a sua importância para a memória coletiva de algumas gerações de Vilacondenses, em razão das atividades que durante muitos anos ali decorreram.

Se porventura a classificação do imóvel for bem-sucedida e a candidatura que se pretende apresentar não for aprovada, não constituirá isso (a classificação) o bastante para que no futuro não possa ser equacionada a demolição integral de um edifício que evidencia falência e constituirá no curto prazo perigo para a via pública?

Alertada a Câmara para as eventuais consequências da proposta, nada temos a apor ao assunto."

Mantemos as preocupações então manifestadas, agora alargadas a uma maior parcela de território, esperando que o eventual insucesso da candidatura e/ou a classificação proposta para toda esta importante área ribeirinha não seja no futuro inibidora ou condicionante irreversível de um outro projeto de requalificação e valorização da área em questão.

Ponto 8 – Plano pormenor da seca do bacalhau – revogação

A propósito do plano de pormenor da seca do bacalhau já tínhamos dito na reunião de Câmara do passado dia 25 de novembro de 2019, quando foi proposta a suspensão do plano de pormenor que *"Afinal tínhamos razão quando na ultima reunião de Câmara manifestamos as nossas dúvidas quanto ao teor do agendado no Ponto 5 – Classificação do edifício da seca do bacalhau como imóvel de interesse municipal, dado que para o local está aprovado e em vigor um Plano de Pormenor (PP) que define áreas, funções e usos e que esses estão em desacordo com o teor da proposta agora apresentada à Câmara, conforme admite o técnico que subscreve a informação ao afirmar que "este plano de pormenor é igualmente incompatível com o processo de classificação como imóvel de interesse municipal"! Incrível... Não tinha isto que ser visto antes? Parece que técnicos e membros do Executivo com responsabilidade direta no assunto não conhecem ainda os dossiers municipais..."*

Corre-se por isso atrás do prejuízo, com as coisas feitas ao contrário e suspende-se agora, à pressa o PP, porque o que importa é avançar com a candidatura!! Nada mais errado, quando para o local não existe qualquer ideia geral ou estudo integrador para além da simples intenção de recuperação de um edifício em ruínas, que ali cai aos bocados.

De facto, é legítimo rever o programa do PP que foi aprovado há mais de 15 anos, mas a sua eventual suspensão deveria ser o corolário de uma avaliação do documento, eventualmente da sua atualidade e interesse para o local e não o contrário, como aqui é proposto!

Discordamos da abordagem feita pelo Executivo e por isso não acompanhamos a proposta, razão pelo que nos abstermos neste ponto da agenda."

É isso que aqui reiteramos hoje, já que a proposta de revogação do plano deveria ser acompanhada de justificação válida e de estudos integradores para toda a área envolvente da ruína existente e orientadores da requalificação e valorização de toda a parcela de território sob alçada do plano.

Troca-se o plano existente por nada!!

Ponto 9 – Relatório de execução do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas – ano 2019

Abstemo-nos neste ponto da agenda já que se trata de um documento elaborado pelos Serviços Municipais, referente a 2019, referente a um quotidiano que desconhecemos e que não temos como aferir e cuja responsabilidade só pode ser de quem gere a Câmara.

